

Sobre a medida do clássico em Rousseau (nota preambular)

Existe, na ensaística histórico-filosófica, uma corrente que defende nada ter havido de novo depois dos gregos, ou, no máximo e mais generosamente, depois dos gregos, dos romanos helenizados e desse alfobre do pensamento cristão que foi a Patrística. Nesta perspectiva, só na antiguidade que a História denominou de clássica encontraríamos, por isso, os clássicos, os pensadores originais que marcaram indelevelmente a posteridade do pensamento ocidental por as suas concepções sempre nele permanecerem, mais ou menos discretamente, e sempre estarem lá, na retaguarda das suas expressões. Idealismos, materialismos ou realismos, para só falar nos mais extremados e no mais conciliador dos pilares da metafísica, sempre a Platão, a Demócrito e ao Estagirita iriam dar.

O que a esta visão se deve opor não é a negação do papel genésico, na racionalidade, dos filósofos antigos, de Tales de Mileto a Santo Agostinho de Hipona, pois eles foram, de facto, os primeiros. Tão pouco deve ser esgrimida a sua matricialidade na mesma racionalidade, já que a indagação sobre a natureza, os grandes postulados lógicos, a conceptualidade metafísica, a reflexão ética, a preocupação com o Homem e a sociedade, tudo neles se encontra.

O que há a contrapor à interpretação clássico-fixista da História da Filosofia é que se o caminho da interpretação filosófica do real começou na antiguidade, a tarefa da sobreposição da Razão ao Mito não se consumou com os primeiros filósofos. Considerar a originalidade filosófica como sua exclusiva propriedade é dar um

passo para afirmar a irracionalidade absoluta, ou quase isso, da demais História percorrida, como também para encarar as grandes figuras do pensamento filosófico dos últimos quinze séculos enquanto pouco mais do que abnegados arquivistas dos antigos. O que seria da Filosofia sem Parménides, Sócrates, Séneca, Tertuliano, Plotino ou o autor do *Corpus Areopagiticum*? Nada, por certo. Mas o que seria ela sem Escoto de Erígena, Pedro Abelardo, S. Tomás de Aquino, Guilherme de Occam, Descartes, Leibniz, Jonh Locke, Kant, Hegel, Bergson, Dewey, Heidegger ou Mounier? A Filosofia seria coisa morta e datada no tempo, o conhecimento não teria progredido e a própria civilização teria cristalizado.

Mas como teria sido isto possível? Como teria sido possível que, uma vez despontada no horizonte humano, a racionalidade filosófica tivesse sido abandonada pela humanidade medieva, moderna e contemporânea, como se não fosse da própria natureza da Razão filosófica subsistir e rasgar novos caminhos? É impensável. É absurdo. Então, se, por convenção, aceitamos chamar clássicos aos filósofos antigos, por obrigação para com a verdade não podemos deixar de defender que o que deve ser valorizado como clássico é a arte e a quiçá agónica profundidade racional da sua reflexão, sendo que, naturalmente, também entre os primeiros filósofos isto se verificou. E assim, se os primeiros filósofos clássicos foram os da época clássica, filósofos clássicos continuou a haver para além da época clássica, sempre que alguém conseguiu lidar com a Razão ao ponto de construir uma perspectiva do Homem, do Mundo e de Deus com aquela mestria, aquele génio e aquela intensidade que, mesmo quando não oferecem algo de deslumbrantemente novo, sempre concedem, pelo menos, uma visão ímpar do objecto do seu questionamento. Ser clássico,

portanto, é muito mais do que ter pertencido a um tempo, mesmo que primordial: é raciocinar originalmente, independentemente da circunstância histórica em que se vive.

E Rousseau, em que medida foi ele um clássico? Respondamos com Custódia Martins, acompanhando-a na sua tese de doutoramento, agora publicada. Logo no início, ficamos a saber que o filósofo genebrino desde muito cedo (sete anos de idade), recebeu os ventos do classicismo histórico na sua educação, ao ler a biblioteca paterna e através das conversas que sobre essas leituras, posteriormente, tinha com o pai. Ele próprio confessou que foi daqui que lhe veio a independência de espírito, devendo entender-se por *daqui* o exemplo dos heróis épicos, a *virtus* romana e a cultura cívica da cidade-estado rega, nas palavras de Raymond Trousson, oportunamente evocado pela autora¹. Mas a este influxo da cultura clássica, presente também na sua formação musical, sublinha Trousson que se deve acrescentar o idealismo romântico e o patriotismo e orgulho republicanos, que, realmente, lembremo-lo, desabrocharam no século de setecentos e vieram a florescer na centúria seguinte. Assim, se houve uma componente clássica da educação de Rousseau, ela foi, todavia, uma componente entre outras, pois o nosso filósofo foi também formado no republicanismo laico que andou associado ao racionalismo do seu tempo, do qual também não deixou de se distanciar ao ter sido sensível, precocemente sensível, à influência do espírito romântico naturalista que rompeu com esse árido reducionismo do realismo moderno que foi o iluminismo.

O que, com rigoroso fundamento nos textos, Custódia Martins demonstra na sua obra é, precisamente, o modo como estes

¹ Cfr., no primeiro capítulo, nota de rodapé 17.

influxos educativos moldaram a reflexão filosófica rousseauneana. Jean-Jacques foi iluminista laico em matéria de religião, não indo muito além da ambiência mental do seu tempo ao professar o deísmo, se bem que já denotasse algo de romântico na apologia de uma religião natural. Clássico quanto à visão de uma organização política da sociedade, ultimamente sintetizadora da polis grega e da república romana. Naturalista antropologicamente falando, assim no-lo apresenta Custódia Martins ao sublinhar a intenção de Rousseau de querer resolver no campo pedagógico, pelo recurso à figura do Solitário, esse fruto maior da educação natural exemplificada no *Emile*, a tensão dialéctica entre o Homem natural e o Homem social.

Na realidade, ninguém, antes de Rousseau, tinha entrevisto a recuperação do humano por uma educação natural. Nem o satírico Juvenal e a sua *pueris maxima reverentia debetur*, nem Vitorino de Feltre na pedagogia seguida na sua *Casa Giocosa*, alguma vez foram tão longe quanto Rousseau. Nenhum deles ousou a radicalidade de, na relação pedagógica e tendo em vista a regeneração do Homem, afirmar o eurocentrismo por sobre o poder social delegado na proeminência do educador.

Assim, demonstra a autora que é na dimensão filosófico-educacional, aquela em que ele encontra a conciliação da exigência do todo social com a natureza individual de cada homem, que o pensamento rousseuneano inova, é original, vai mais longe e abre um caminho que ainda hoje é percorrido, deste modo nos dando a verdadeira medida do clássico em Jean-Jacques Rousseau.

Se é verdade que o autor do *Contract Social* é recorrentemente invocado no actual discurso pedagógico português contemporâneo; se é verdade que ele tem sido estudado; menos

verdade não é que, ao nível de uma tese doutoral no âmbito científico da Educação, só Custódia Martins reconduziu o estudo do seu pensamento à insubstituível perspectiva filosófico-educacional, assim firmando também uma originalidade na comunidade académica da Educação em Portugal.

José Carlos de Oliveira Casulo